

Economia & Política

Trabalho

Reforma do Governo prevê 72 revogações

O executivo avançou para uma reforma da legislação laboral para a modernizar. Muitas das propostas são revogações às alterações mais recentes feitas ao Código do Trabalho. As faltas por luto gestacional, a duração dos contratos a prazo e a proibição de recurso a outsourcing após despedimentos são alguns exemplos.

MELISSA LOPES
mlopes@medianove.com

O anteprojeto para a reforma laboral, que o Governo diz ser "profunda", prevê 72 revogações. É esse o número de vezes que a palavra "revogado" surge no documento "Trabalho XXI" entregue aos parceiros sociais no final de julho e, entretanto, divulgado no site do executivo. O fim das três faltas remuneradas por luto gestacional, em vigor apenas desde 2023, tem sido das propostas mais polémicas.

Há, porém, outras revogações menos mediatizadas, mas que vão aquecer o debate na rentrée política que se avizinha. O fim da criminalização do trabalho não declarado - que incluí o trabalho doméstico - e o fim da proibição de recurso ao outsourcing após despedimento coletivo são dois exemplos. E a estes se juntam a revogação das arbitragens que dificultam a caducidade e cessação dos efeitos da negociação coletiva e a revogação dos poderes da Autoridade para as Condições do Trabalho (ACT) e Ministério Público para intervir em despedimentos ilegais. A proposta da AD prevê ainda o regresso ao banco de horas individual e aumenta o limite de um contrato a termo de dois para três anos. E ser jovem à procura do primeiro emprego, de acordo com o documento, volta a ser critério para contratar a termo.

Vista pelos empresários como "um bom ponto de partida" para a fase negociada que se segue, a reforma laboral do Governo - que o PS diz ter sido "escondida dos portugueses" porque não foi incluída no programa eleitoral -



JOSE COELHO/LUSA

Proposta de revisão laboral vai continuar a ser discutida em sede de concertação social e será um momento alto para testar e (re)definir a aritmética parlamentar, onde Chega e PS serão decisivos.

tem agitado a maré política em pleno verão. Sobretudo no que toca às mudanças nas regras da amamentação, justificadas pela ministra Maria do Rosário Palma Ramalho pelos "abusos" que a legislação atual permite. Segundo disse, em entrevista ao JN e TSF, há casos de mulheres que alegam amamentar até a criança ir para a primária para poderem usufruir da redução de duas horas no trabalho, pagas pelo empregador.

O Governo quer, por isso, limitar a dispensa de amamentação aos dois anos. Mas também impor que as mães apresentem um atestado comprovando que estão a amamentar logo que regressam ao trabalho, antes dos 12 meses do bebé. Um atestado que atualmente só é exigido após a criança completar um ano de idade.

Essas propostas, a par dos limites à flexibilidade horária dos pais e o fim do luto gestacional, foram arrasadas da esquerda à direita e têm chumbo pré-anunciado. Nem Chega nem o PS (a AD precisa do apoio de um ou de outro) se mostraram

Antigos governantes do PS com responsabilidades na área do trabalho avisam: medidas para alterar leis laborais são um "regresso ao século XIX" norteado por uma "agenda ideológica" e "dogmas da Troika"

disponíveis para aceitar estas medidas.

Traçando estas linhas vermelhas, André Ventura quis marcar terreno na negociação e disse ter desafiado o PSD no sentido de criarem uma "proposta conjunta" que "vá no sentido do que são hoje as exigências das pequenas e médias empresas, do trabalho, da economia". E apesar de algumas outras discordâncias, como o fim da proibição do recurso ao outsourcing após despedimentos coletivos, "há caminho para andar", fez saber o líder do Chega em conferência de imprensa.

Os socialistas, por sua vez, têm vindo a aumentar a pressão, sem sucesso, para que o Governo defina com quem quer, afinal, entendimentos nesta legislatura. "Se quer diálogo com o PS, é com o PS que deve dialogar", venceu o secretário-geral José Luís Carneiro, à saída de uma reunião com Luís Montenegro a 30 de julho, onde foi levar propostas sobre várias áreas.

Uma agenda ideológica

Sobre a reforma da legislação laboral, o PS tem sido crítico do que considera ser o regresso a medidas da Troika, sem outra razão que não seja ideológica. Isso mesmo disseram ao Jornal Económico dois socialistas que já tiveram responsabilidades governativas na área do trabalho.

"É uma ofensiva em larga escala que vem agravar os riscos de precariedade no mercado de trabalho, desequilibrando as relações entre empregadores e trabalhadores", defende o deputado e ex-secretário de Estado do Trabalho. O dirigente socialista vê nas medidas apresentadas, muitas das quais revogam decisões tomadas em concertação social em 2019, um reabrir das "portas da precariedade" que já se estavam a fechar.

Ana Mendes Godinho, antiga ministra do Trabalho, da Solidariedade e da Segurança Social, faz uma apreciação na mesma linha, avisando que em causa está, se a AD levar as suas intenções avante, um retrocesso de 200 anos na legislação laboral. "É um regresso ao século XIX" e "um ataque ideológico aos jovens e às mulheres inadmissível", afirma ao JE.

A antiga governante, e atual candidata à Câmara de Sintra, argumenta que "foram dados passos de gigante" em várias matérias nos últimos anos e avisa que "não é com os dogmas da Troika que o país cresce", como se constatou na altura com "uma perda de emprego brutal". Ana Mendes Godinho espera que, durante este processo legislativo, "impere o bom senso, que a voz dos jovens se sobreponha a uma agenda anti-equilíbrio nas relações laborais e que a valorização dos trabalhadores esteja acima de interesses particulares de alguns".

Revisão “profunda” vs. mexidas “pontuais”

Liberais querem alterações à legislação laboral mais “abrangentes” e uma “verdadeira flexibilização”. O partido vai avançar com propostas para reforçar liberdade contratual, para clarificar o regime de despedimentos e “devolver mobilidade” aos trabalhadores.

MELISSA LOPES
mlopes@medianove.com

A reforma laboral apresentada é “profunda”, como a classificou o Governo, ou contempla apenas “mexidas pontuais”? A resposta à pergunta não é linear, depende dos óculos com que se olha para a questão. Em entrevista ao Jornal Económico (JE), a líder da Iniciativa Liberal (IL) criticou as mexidas “pontuais”, reclamando ser necessária uma “verdadeira flexibilização do mercado de trabalho”, e antecipou caminhos. Os liberais concordam que é preciso adaptar o Código do Trabalho à realidade do século XXI, mas entendem que as mudanças devem ser mais “abrangentes”. “O anteprojeto do Governo continua preso a uma visão antiquada do trabalho burocrática, desconfiada e

hostil à liberdade contratual”, apontou a líder da IL. Os liberais querem, por exemplo, reforçar a liberdade contratual e para isso defendem o fim da imposição administrativa de convenções coletivas a trabalhadores que nunca as subscreveram. “Cada pessoa deve poder negociar as suas condições com autonomia e transparência ou beneficiar de um vínculo sindical se assim entender”.

No debate legislativo, a IL vai querer rever o regime de despedimentos, “para que seja mais claro, previsível e menos litigioso, protegendo direitos, mas eliminando entraves que inibem a contratação”. Crendo que a estabilidade não se garante com “rigidez” mas sim com “regras justas e confiança mútua”, a IL diz querer “devolver liberdade e mobilidade aos trabalhadores, reduzindo para metade o prazo de aviso prévio quando estes decidem rescindir contrato”. “Ninguém deve ser forçado a permanecer onde já não quer estar, muito menos por prazos desproporcionais que travam a

sua progressão profissional”, argumenta Mariana Leitão. Para os trabalhadores das plataformas digitais, a IL proporá “um estatuto voluntário e mais flexível, que garanta proteção social proporcional sem sufocar a inovação”. Entre as propostas que os liberais vão levar a jogo está também a criação “um sistema fiscal e contributivo neutro, simples e que não penalize quem cria, quem emprega ou quem escolhe trabalhar de forma independente”.

Quando apresentou o anteprojeto, a ministra Maria do Rosário Palma Ramalho defendeu que a reforma da AD “flexibiliza regimes laborais que são muito rígidos”, para aumentar a competitividade da economia e a produtividade das empresas. Ao contrário dos sindicatos, que se colocaram a milhas das posições do Governo por considerar as medidas um “assalto aos direitos dos trabalhadores”, as confederações patronais viram no anteprojeto um bom ponto de partida para a negociação que aí vem. Uma dos desejos da Confederação Empresarial de Portugal (CIP) era o fim da proibição do recurso ao outsourcing, medida incluída no documento. Segundo Armindo Monteiro, a atual limitação “não permite que as empresas se especializem nas suas áreas de negócios”. O presidente da CIP já fez, no entanto, saber que a revisão laboral podia ir mais longe nos despedimentos. A Confederação dos Agricultores quer aumentar as horas de trabalho das atuais 40 semanas para 60, nos setores com escassez de mão-de-obra. Já a Confederação do Comércio e Serviços prefere esperar pelo fim das férias para ter uma posição pública sobre a reforma laboral, antevendo João Vieira Lopes um processo “longo e muito negociado”. Sem assento na concertação social, mas com uma palavra a dizer sobre o mercado de trabalho, a Associação Business Roundtable Portugal desafia o executivo a olhar para os regimes da Suécia e da Dinamarca, que combinam flexibilidade e segurança, e têm Estados sociais “robustos”. Ao JE, o secretário-geral Pedro Ginjeira Nascimento defendeu ser crucial acabar com a “rigidez” da legislação que desprotege “quem não tem trabalho” e quer ter.

Liberais acusam o Governo de “continuar preso a uma visão antiquada do trabalho” e vão propor alternativas.



JUNIOR DE VECCHINI

Trinta por uma linha

Falta sumo a Trump para mandar no mundo



Lígia Simões
Subdiretora

A isenção do sumo de laranja brasileiro do pacote de tarifas dos EUA é a prova de que Donald Trump não tem toda a força necessária para prosseguir com a guerra comercial. A análise é de Paul Krugman, prémio Nobel da economia. E dificilmente poderia ser menos assertivo ao sinalizar as fragilidades daquele que acha que pode dominar o mundo com as tarifas e a disputa comercial. O Brasil é a prova de que o republicano não tem a força que pensa para usar as taxas aduaneiras como instrumento de pressão política. Basta ver a exclusão do sumo de laranja brasileiro, responsável por 90% das importações americanas do produto, das tarifas de 50% anunciadas no início de agosto. Como diz Krugman, esta isenção “é uma admissão implícita” de que, ao contrário do que reza Trump, são os consumidores americanos, e não os exportadores estrangeiros, que pagam as tarifas. O mercado norte-americano importa 90% do que consome, sendo que o Brasil vende 88% das suas exportações a nações que não os EUA. Questiona-se assim a eficácia da estratégia de Trump, pois embora o mercado americano seja importante, este representa apenas 12% das exportações brasileiras. Os números reforçam a jogada política clara no tabuleiro da guerra comercial com Lula, onde o governo dos EUA, que não gosta do que a Justiça desse país está a fazer, utiliza barreiras comerciais como instrumento de pressão para outros fins, mas não por razões económicas. De facto, a legislação americana permite a

imposição de tarifas temporárias em situações específicas – como proteção a indústrias estratégicas, práticas comerciais desleais ou emergências económicas. Nenhuma dessas justificações se aplica ao caso brasileiro, servindo apenas de ameaça para forçar grandes mudanças políticas no exterior. Sofre de ‘delírios de grandeza’, diz Krugman. Tem razão. O seu delírio de poder sobre todo o planeta é a síntese da arrogância orientada para mandar no mundo, mas, como diz o economista, falta-lhe o sumo para usar tarifas para intimidar um país com mais de 200 milhões de habitantes a abandonar os seus esforços de defesa da democracia. Trump põe a nu os limites do poder americano ao poupar o sumo de laranja, enquanto o café, que ele chama de “nutriente essencial”, não teve o mesmo privilégio. “Vencer” uma guerra comercial seria usar tarifas para obter concessões significativas de outros países. Com as exceções de tarifas ao Brasil, que elevou para 50% a taxa sobre produtos como café, carnes, minerais, máquinas e aeronáutica, mas trouxe uma lista de 700 isenções nos setores aeronáutico, energético e parte do agronegócio, Trump simplesmente revela não ter a força necessária. E será que a tem com outros grandes parceiros comerciais? Krugman acha que não e exemplifica com a UE, dizendo que o bloco europeu tem fingido fazer concessões ao republicano, com promessas económicas vazias ou que nunca serão cumpridas. Certo é que Bruxelas teve de se curvar e comprometer-se a pagar mais de 1,3 mil milhões de dólares em compras de energia e armamento americanos e em investimentos em solo americano. A Europa endossou o cheque para pagar o preço pela estabilidade comercial. Mas ainda não pode respirar de alívio, que nasce da impotência. Manter-se presa ao gigante americano é capitular e é também revelador de uma Europa “sem sumo”.